

Que fazer? 10/88

IGNÁCIO M. RANGEL

O presidente pediu à sociedade novos poderes para governar, e estes lhe foram dados. E não há dúvida de que, se ele começar a fato a governar e carecer de novos poderes — inclusive de mais tempo — estes lhe serão dados. Não discute os meios como esses poderes foram concedidos limitando-me a constatar o fato. E acrescentando que se, como diziam os antigos, a derrota dissolve o vencido, não há dúvida de que esta derrota foi uma verdadeira derrota. E que, por via de consequência, a vitória da outra parte foi uma verdadeira vitória.

Em meus 74 anos, já vi esse filme. Em 1937, Getúlio Vargas não era menos impopular do que José Sarney na véspera de 22 de março. Era, e não sem razão, identificado com o fascismo, e o direito trabalhista com o qual também começava a identificar-se era de óbvia inspiração corporativa, isto é, medieval. Quem poderia acreditar que aquele estancieiro naturalmente hostil a toda reforma agrária, condição indispensável para a industrialização, conforme julgávamos nós, os revolucionários dos anos 30, pudesse emergir, em poucos anos, como o patrono da indústria e o "pai dos pobres"?

Sem incorrer no mau gosto de apudiar sobre os vencidos — até porque me considero agora, como em 1937, um deles — proponho um debate sério em torno do problema de que fazer. Um debate que, para nós, os homens de esquerda, tenha algo de autocrítica, indispensável para estancar a sangria que a derrota está causando em nossas fileiras e que para o adversário vitorioso, pelo menos momentaneamente, seja inspiração para um sério programa de governo.

No centro de nossa presente problemática está a questão agrária. Não estavam equivocados os amigos que, sob a batuta de Osvaldo Lima Filho na subcomissão respectiva, debateram o assunto, "ad nauseam", na ANC. Equivocados estiveram e estão, quando se aplicaram a resolver, nos anos 80, o problema que nós, os revolucionários dos anos 30, meio século antes, tentamos em vão resolver. Desastrosamente, dissolvemos a questão agrária em problema de estatística fundiária, unificando grandes e pequenos proprietários em torno da UDR, o que foi um dos principais ingredientes de nossa derrota de 22 de março.

Nos anos 30 pelo menos o problema fundiário tinha substância concreta. Em pequenas glebas, propriedades em terras das fazendas, os camponeses tinham que fazer, pessoalmente, o mesmo tipo de agri-

cultura, usando as mesmas ferramentas e os mesmos meios. Com a estrutura que tinha então o Estado brasileiro, a reforma agrária somente poderia vir em consequência e nas condições de uma revolução social, como haviam sido a Revolução Francesa e a Revolução Russa. O problema, como depois alguns dentre nós viriam a saber, não estava aí, mas no fato de que, objetivamente, a industrialização era compatível com a estrutura agrária existente e que se iria modificando, pari passu com ela.

E assim foi. Na espécie de substituição de importações, viemos desenvolvendo o capitalismo industrial, começando pela indústria leve, passando à indústria supridora de bens duráveis de consumo, que já começa a ser indústria pesada, e passando à indústria pesada propriamente dita. Paralelamente, a tecnologia moderna ia penetrando na agricultura, como havia acontecido na Prússia, sem fragmentar os latifúndios, resolvendo os problemas do suprimento das cidades em alimentos e matérias-primas agrícolas, restando no campo cada vez menos mão-de-obra.

Orá, enquanto não tínhamos uma indústria, nas primeiras etapas de industrialização, o processo de liberação de mão-de-obra rural — e, consequentemente o processo de urbanização — era relativamente pouco intenso. Por outro lado, e pela mesma razão, isto é, pela incipiência da indústria pesada, a industrialização fazia-se através do emprego intensivo de mão-de-obra. O surgimento, especialmente nos anos 70, de um novo Departamento 1, supridor de modernos bens de produção, tanto para a agricultura como para a indústria, por um lado tornou galopante o processo de liberação de mão-de-obra pela agricultura, sem prejuízo do crescimento desta, enquanto, por outro lado, tornava a implantação de novas atividades industriais menos dependente do emprego maciço de mão-de-obra.

Assim, a questão agrária, que a industrialização havia, senão exorcizado, pelo menos reduzido a uma crise que somente temporariamente se tornava aguda, nos períodos de baixa conjuntura, ressurgiu, e o faz sob novas formas. A produção agrícola passou a depender basicamente do emprego de mão-de-obra assalariada — o "bóia-fria" — em condições que permitem a um trabalhador produzir, em alguns meses, mais do que toda a família camponesa tradicionalmente produzia, num trabalho assalariado, durante o ano inteiro.

Em princípio, nada haveria a objetar, se paralelamente se estivesse criando demanda para esse excedente de mão-de-obra: tanto o resultante do desemprego temporário dos membros ativos da família, como para o desemprego permanente dos demais membros, injustamente qualificados de não ativos. Em consequência, a família desgregou-se, as cidades se encheram de mão-de-obra redundante, no seio da qual a mendicância, o banditismo e a prostituição prontamente recrutariam seus contingentes.

Esta, a contemporânea questão agrária, para a solução da qual a simples estatística fundiária — o único capítulo da reforma agrária razoavelmente estudado — oferece poucos subsídios. O que é mister fazer é, a curto prazo, reativar a demanda urbana de mão-de-obra, tarefa que se confunde com a da superação de presente conjuntura recessiva; a prazo mais longo, mas que já começou a ser contada, trata-se de criar condições pra que, nas áreas rurais e na periferia dos quadros urbanos, seja permitida a reabsorção de mão-de-obra desempregada, tanto temporária como permanente.

Nossa presente conjuntura recessiva — como as que as precederam, cíclicamente — resulta no fato de que as oportunidades de investimento se distribuem, assimetricamente, com as oportunidades de formação de poupança. Na espécie, as oportunidades de investimento estão, sob a forma de conversões de serviço público e empresas públicas, reservadas ao setor público do sistema, ao passo que a capacidade de formação de poupança deste é mínima e minguante. Tornou-se imperativo abrir essas oportunidades de investimento ao setor privado, onde se situa a contemporânea capacidade de formação de poupança.

Privatizar os serviços de utilidades pública e cuidar da solução para o problema do "bóia-fria" — não para transformá-lo em pequeno proprietário, mas para reorganizar sua vida como semiproletário que é — eis as questões candentes, sem resolver as quais nem o presente governo, nem qualquer outro que se venha a formar, fará jus ao respeito e à confiança da presente sociedade brasileira.

IGNÁCIO M. RANGEL, 74, economista, foi presidente do Conselho Nacional de Economia (CNE) e é membro do Conselho Superior de Economia, escreve, 74, Rua...